Sarney confirma: PDS de Minas ficará com ex-PSD

30 MAR 1980

Belo Horizonte - O senador José Sarney, presidente nacional do PDS, que está em missão oficial em Minas Gerais, objetivando eliminar as divergências entre ex - UDN e ex - PSD, que impedem a formação da comissão mineira do partido, declarou ontem, nesta capital, que o ex - PSD ficará com a presidência regional da agremiação, e disse acreditar que essa decisão não deixará seqüelas na política mineira.

O senador recebeu ontem, no seu apartamento do Othon Palace Hotel, o deputado federal Bias Fortes, o ex - vice - governador Pio Canedo e o ex - governador Ozanam Coelho - todos ex - pessedistas. Depois do encontro, o deputado Bias Fortes afirmou que a presidência do partido está entre seu nome e do ex - vice - governador Pio Canedo; mas ressalvou que não haverá disputa entre os dois. Sarney, por sua vez, declarou que espera para amanhã a conclusão dos entendimentos entre UDN e PSD mineiros.

A visita do presidente nacional do partido do Governo a Minas Gerais começou às 19 horas de anteontem, quando ele chegou inesperadamente a Belo Horizonte. Nesta mesma noite foi recebido pelo governador Francelino Pereira, no Palácio das Mangabeiras, a quem comunicou que o presidente Figueiredo decidira entregar a presidência do PDS no Estado a um elemento do ex - PSD. Ontem, Francelino viajou para o interior do Estado, enquanto no centro de Belo Horizonte, no Othon Palace Hotel, Sarney anunciava, em meio à alegria de vários ex - pessedistas, que a presidência do PDS em Minas não ficará com a ex - UDN.

RELATÓRIO

CORREIO BRAZILIENSE

O senador José Sarney falou ontem, de Belo Horizonte, com o presidente João Figueiredo e, amanhã, entregará relatório detalhando a crise de escolha da comissão provisória do PDS, em Minas Gerais, segundo informou alta fonte do Governo.

No contato que manteve ontem com o Presidente da República, o senador José Sarney falou das dificuldades que está enfrantando para conseguir o consenso entre as facções existentes. Da parte do governador Francelino, o problema numérico está resolvido, desde que a presidência da comissão provisória não fique nas maõs do ex - deputado e ex-vice-governador Pio Canedo; Francelino teria apresentado três nomes alternativos, dentro dos quadros do próprio PSD: Osanan Coelho (ex - vice de Aureliano Chaves), Paulino Cícero (secretário de Educação) e Homero Santos (vice - presidente da Câmara dos Deputados). O senador indireto Murilo Badaró seria também outra alternativa.

Se a Missão Sarney, segundo disse a mesma fonte - obtiver resultados positivos, logo após a audiência com o Presidente da República, o senador Sarney fará o anúncio formal da composição do PDS em Minas.

LEI FALCÃO

O deputado mineiro Castejon Branco (PDS) ao defender a revogação da Lei Falcão, argumentou que o oportunismo da época de sua criação não existe mais. Explica o parlamentar afirmando que o Governo não busca uma superioridade do partido oficial, nem a fabricação de um resultado eleitoral inevitável a seu favor, como objetiva a lei, mas sim a normalidade democrática.

Salienta ainda Castejon que a igualdade de oportunidades, um dos motivos usados para obstruir o acesso direto de candidatos aos veículos de comunicação, deve ser hoje o princípio básico do atual estágio político brasileiro. Entretanto, ele admite ser um fato político, ricos terem mais facilidades de se promover através da propaganda indireta e disfarçada, independente de qualquer legislação.

Como conseqüência do fim da Lei Falcão, o deputado pedessista aponta a igualdade de chances para todos e uma maior capacidade de escolha por parte do eleitorado, ainda que o conceito formado às vésperas de eleições tenha o poder de contundir, devido ao hábito generalizado de se fazer promessas demagógicas. O ideal é o julgamento do homem público no decorrer de suas atividades - completou.

Quanto a uma possível censura, que estaria sendo pretendida pelo Ministro Abi - Ackel devido a sua idéia de só levar ao ar programas previamente elaborados, Castejon Branco prefere crer na formação democrática do titular da Pasta da Justiça. O que pode esta sendo levado em consideração por Ackel é o grande número de candidatos não permitir a liberdade de programação - observou.